



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
COORDENADORIA LEGISLATIVA - COLEG

---

**OFÍCIO nº: 163/2025/CML/COLEG.**

**ASSUNTO:** Minuta de Parecer nº 74/2025 à Emenda nº 01 ao Substitutivo nº 04/2025 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 02/2025 – Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final.

**Autoria:** Mesa Diretora da Câmara Municipal.

Lavras, na data de protocolo.

A Sua Senhoria a Senhora

**ANA PAULA DE REZENDE ARRUDA**

Relatora da Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final.

Senhora Relatora,

Na forma da Lei Complementar n.º 387/2019, apresento, com fulcro em minhas atribuições funcionais, Minuta de Parecer das Comissões, para apreciação e aprovação dos nobres vereadores.

Ressalto que a Minuta de Parecer se reporta, exclusivamente, em atender dever funcional de apoio às comissões, conforme determina a Lei Complementar n.º 387/2019 (Estatuto dos Servidores do Poder Legislativo de Lavras), que dispõe competir aos Assistentes Legislativos (Dir. Constitucional e Administrativo):

Prestar assistência à Mesa Diretora, às Comissões, e aos parlamentares em geral, orientando e dirimindo dúvidas sobre questões constitucionais, legais e regimentais, para auxiliar na condução das sessões plenárias e dos trabalhos legislativos em geral;

Elaborar pareceres sobre proposições em tramitação, coletando dados e subsídios, consultando a legislação pertinente e recebendo orientação técnica, para apoiar o trabalho dos relatores nas comissões;

Assim, a Minuta é **meramente opinativa e não vincula a posição dos parlamentares.**

Respeitosamente,

**VÍTOR CAZUMBÁ AZEVEDO**  
*Assistente Legislativo*  
*Dir. Constitucional e Administrativo.*



MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS  
CÂMARA MUNICIPAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF

---

SUBSTITUTIVO Nº 04/2025 AO PLCL Nº 02/2025

PARECER N. 74/2024.

Voto da relatora Ana Paula de Rezende Arruda (MDB).

Altera a Lei Complementar nº 387, de 25 de abril de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional, plano de cargos, carreira e vencimentos da Câmara Municipal de Lavras e dá outras providências.

**Autoria da Emenda:** Ver. Evandro Oliveira Miranda.

## I – RELATÓRIO

Trata-se de **emenda modificativa** apresentada ao Substitutivo nº 04/2025 ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 02/2025, que altera a Lei Complementar nº 387/2019 — norma que estrutura a organização administrativa da Câmara Municipal de Lavras.

A emenda, de iniciativa do Vereador **Evandro Oliveira Miranda (Mestre Grilo)**, propõe **alterações no Anexo IV da Lei Complementar nº 387/2019**, especialmente nos requisitos mínimos para provimento dos cargos de **Procurador Geral** e de **Diretor Administrativo**, com o objetivo de aprimorar o critério de admissibilidade técnica para tais funções estratégicas.

Segundo a justificativa apresentada, as alterações visam modernizar os critérios de seleção, eliminando barreiras artificiais e excludentes que restringiam, indevidamente, o acesso de profissionais qualificados.

O regime de tramitação é o ordinário.

É o relatório.

## II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Legalidade e Redação Final manifestar-se sobre a **constitucionalidade, legalidade e juridicidade** das proposições legislativas, conforme determina o Regimento Interno da Câmara Municipal de Lavras (art. 67, I).



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---

A emenda em análise **não modifica a essência da estrutura organizacional da Câmara**, nem cria novos cargos, tampouco amplia quantitativos de vagas ou remunerações. Limita-se à **adequação dos requisitos mínimos de provimento** de cargos já existentes, tema que se insere na **competência legislativa do Poder Legislativo**, nos termos do art. 22, IV, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os arts. 10, I, “a”, e 248, §1º, do Regimento Interno.

Quanto ao mérito jurídico da alteração, observa-se que a redação proposta respeita os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, eficiência, moralidade e razoabilidade**, ao prever:

- Para o cargo de **Procurador Geral**, a exigência de formação em Direito, inscrição na OAB e, alternativamente, **experiência de ao menos 1 ano em atividades jurídicas na Administração Pública e/ou especialização na área**, o que é compatível com as atribuições do cargo e favorece a isonomia na seleção.
- Para o cargo de **Diretor Administrativo**, a ampliação do campo de formação para **Administração Pública, Gestão Pública, Administração ou Direito**, também com **1 ano de experiência na Administração Pública**, o que reforça a qualificação técnica sem incorrer em subjetividade.

Não se constata qualquer afronta à Constituição Federal ou à Lei Orgânica do Município. Ressalto, ainda, que não compete a esta Comissão análise de razoabilidade ou conveniência das proposituras, o que cabe às Comissões de Mérito e, em suma, ao Plenário. A análise, portanto, desta Comissão é restrita ao apreço de critérios de legalidade e constitucionalidade, o que, conforme salientado, resta atendido.

### **III – DA CONCLUSÃO**

Em face ao exposto, concluo pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Proposição em epígrafe.

Lavras, na data de protocolo.



**MUNICÍPIO DE LAVRAS – MINAS GERAIS**  
**CÂMARA MUNICIPAL**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGALIDADE, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCLJRF**

---

**ANA PAULA DE REZENDE ARRUDA**  
**(MDB)**  
*Relatora*

**JOÃO PAULO FELIZARDO**  
**(Republicanos)**  
*Membro*

**MAYRON CARDOSO GOMES (PSD)**  
*Presidente*